

## **Famílias senhoriais, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata mineira, século XIX**

**Jonis Freire\***

### **Resumo:**

Este trabalho pretende analisar a questão da reprodução escrava no decorrer do século XIX por meio do estudo de caso de três famílias proprietárias de cativos do Distrito de Santo Antonio do Paraibuna, localizado na Zona da Mata Mineira. Constatam-se diferenças de estratégias entre um senhor e outro. Nota-se que até a primeira metade dos oitocentos optou-se pelo incremento das posses por meio do tráfico atlântico, já na segunda metade, a manutenção e/ou ampliação se deu com a reprodução natural e o tráfico interno. Entretanto, o tráfico (externo ou interno) e a reprodução natural dos escravos parecem não ter sido excludentes.

**Palavras-chave:** famílias senhoriais, tráfico de escravos, reprodução natural.

**Sessão temática:** H2 – Família e cotidiano em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX

---

\* Doutorando em História Social, CECULT/Unicamp. Bolsista Fapesp.

## Famílias senhorias, estratégias de manutenção e/ou ampliação de posses em escravos: Zona da Mata mineira, século XIX<sup>1</sup>

### Hipóteses sobre o crescimento da população cativa no Brasil

Aspecto importante com relação ao escravismo brasileiro é a que diz respeito ao crescimento da população cativa. Qual, ou quais, as formas encontradas pelos senhores de escravos no que diz respeito à manutenção e/ou ampliação suas posses em cativos? Procuraremos compreender, neste trabalho, como se dava o aumento da população cativa dentro de algumas propriedades escravistas juizforanas no século XIX, o que pode nos possibilitar uma visão dos recursos e estratégias lançados pelos proprietários com relação a esta questão.

Uma das perspectivas historiográficas acerca da reprodução dos escravos é a que busca no tráfico de cativos a resposta para o aumento da mão-de-obra escrava.<sup>2</sup> Outra vertente analítica é a da reprodução natural dos cativos, segundo a qual o aumento do contingente escravo por meio do nascimento poderia permitir uma possível manutenção e/ou ampliação da mão-de-obra cativa.<sup>3</sup>

Creemos que o tráfico de escravos está entre os motivos que explicam o grande contingente de cativos na Província Mineira durante o século XIX, oriundos num primeiro momento do continente africano e depois do tráfico nacional interno. Claro está que as duas possibilidades, reprodução natural e tráfico, podem não ser excludentes, mas complementares, e é isto também que este trabalho buscará averiguar.

Minas Gerais é considerada pelos pesquisadores como a maior possuidora de escravos no século XIX. Vários são os debates travados com a intenção de lançar luzes nesta questão, tentando responder à seguinte pergunta: Como foi que a Província mineira conseguiu obter esse grande percentual de cativos? O diálogo gerado entre Roberto Martins e Robert Slenes, bem como os trabalhos de Francisco Vidal Luna e Wilson Cano são interessantes sobre essa questão e ainda norteiam as discussões sobre o crescimento da população cativa mineira.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Este trabalho integra parte de um dos capítulos de minha tese de doutorado que vem sendo desenvolvida na Unicamp intitulada: "Escravidão e Família Escrava: a Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX".

<sup>2</sup> Cf. entre outros MOTTA, José Flávio e MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): p.267-299, 2000. SLENES, Robert Wayne Andrew. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005. SLENES, Robert W. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. (Tese de Doutorado). Stanford University, 1976. KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-149, maio/ago. 1987. FLORENTINO, Manoel. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004. Algumas críticas sobre o trabalho de Bergad podem ser vistas em uma resenha no *American Historical Review*, 107,1 (2002), 258-9 e também em LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos Brasilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001.

<sup>3</sup> Cf. entre outros: PAIVA, Clotilde A. e LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(2): 203-233, maio/ago., 1995. GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 297-314, maio-ago. 1987. SANTOS, Jonas Rafael dos. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX. *Estudos de História*, Franca, v.9, n.2, p. 235-253, 2002. BOTELHO, Tarcísio R. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994. (Dissertação de mestrado). BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. *População e família*, São Paulo, v.1, n.1, p. 211-234, jan./jun., 1998.

<sup>4</sup> MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economic of nineteenth century Minas Gerais (Brazil)*. Universidade Vanderbilt, Nashville (Tese de doutorado), 1980. Idem. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1): 181-209, São Paulo, jan. - abr. 1983; conferir também MARTINS Filho, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a non-export economy: nineteenth century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63(3): 537-68, 1983. SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 17 de junho

O município de Juiz de Fora, que viria a ser detentor do maior contingente de escravos no correr nos oitocentos, pode ajudar a tecer novas considerações acerca deste debate.<sup>5</sup> A análise das posses de escravos encabeçadas por Antonio Dias Tostes, Comendador Francisco de Paula Lima e Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage, que consideramos representativas no tocante aos grandes proprietários da Mata Mineira,<sup>6</sup> nos possibilita detectar quais as estratégias adotadas por esses senhores e demonstrar quais as opções, tráfico e/ou reprodução natural, de que se valeram as ditas famílias senhoriais para a manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos.

### **As Listas Nominativas de 1831 e o Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora**

Os estudos sobre Minas Gerais oitocentista já há algum tempo vêm utilizando-se de uma base empírica muito importante para o conhecimento da sociedade mineira daquela época, qual seja as Listas Nominativas de Habitantes de 1831/1832<sup>7</sup> que trazem dados sobre os proprietários que residiam nos distritos mineiros por município e foram uma iniciativa do Governo Provincial.<sup>8</sup> e “são [aparentemente] fragmentos de dois censos provinciais.”<sup>9</sup> Portanto, antes de nos atermos às três famílias estudadas, cremos ser importante nos debruçarmos sobre esta fonte que, sem dúvida, nos possibilita perceber de que formas estavam estabelecidos os fogos/domicílios<sup>10</sup> da referida localidade, na primeira metade do século XIX, seja do ponto de vista econômico seja do demográfico, e que até então vem sendo pouco trabalhada, para esta localidade.<sup>11</sup>

---

de 1985. LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 10: p.1-14. out. 1983.

<sup>5</sup> A esse respeito entre outros ver ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão a comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 1995. GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006. LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.

<sup>6</sup> Rômulo Andrade desenvolveu uma hipótese na qual procura determinar quais os indivíduos que representavam a elite econômica na Zona da Mata durante o século XIX. Segundo ele, no começo do século XIX era nítida a concentração de terras onde “(...) 53 propriedades (num total de 215) detinham 66.816 alqueires dos 71-760 registrados sendo nítida a concentração fundiária”.ANDRADE, Rômulo. Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista. *População e família*, São Paulo, v.1, n.1, p. 181-209, jan./jun., 1988. Em outro trabalho sobre o período 1850-1888 o pesquisador, utilizando-se de inventários *post-mortem*, afirma que: “(...) em Juiz de Fora eram hegemônicas as grandes propriedades, possuindo em média 100 escravos, 236 alqueires e 237.714 pés de café, o que confirma a tendência verificada nos registros paroquiais de terras”.ANDRADE, Rômulo. *Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.11, n. 22, maio/ago. 1991.

<sup>7</sup> Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, termo de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04.

<sup>8</sup> Podemos encontrar nestas Listas o Capitão Antonio Dias Tostes, patriarca de uma das três famílias que estudamos, e maior possuidor de cativos àquela época. Contudo, antes de nos debruçarmos sobre o conhecimento específico do fogo habitado por ele, sua família, seus cativos e agregados, faz-se necessário o entendimento de alguns aspectos demográficos dos senhores e cativos que habitavam o Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora no ano de 1831. Um estudo mais aprofundado sobre essas listas “juizforanas” será objeto de nossa tese de doutorado, por ora, neste trabalho vamos apresentar apenas algumas variáveis obtidas com essa documentação.

<sup>9</sup> PAIVA, Clotilde Andrade & ARNAUT Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p.85-106, p.89.

<sup>10</sup> Vários são os trabalhos que tentam propor uma tipologia dos termos fogo e domicílio, como por exemplo: COSTA, Iraci Del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981. Após o manuseio com as Listas da primeira metade, do século XIX, Clotilde Paiva e Luiz Arnaut chegam à conclusão que as listas sugerem que, “os termos família e fogo/domicílio se referiam a mesma realidade: um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe.” PAIVA & Arnaut, op.cit., p. 97. Ainda a esse respeito Slenes ressalta que “‘Fogo’ corresponde mais ao termo ‘houseful’, cunhado por Peter Laslett, do que ao ‘household’, pois o mesmo fogo freqüentemente pode incluir vários grupos domésticos (por exemplo, os de escravos e de ‘agregados’ livres), além do grupo da família do senhor. O que une esses grupos na ótica do recenseador parece ser sua atividade econômica em comum e uma hierarquia de supersubordinação, além de sua proximidade residencial”.SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.117.

<sup>11</sup> Nestas Listas Nominativas encontramos a Relação dos Habitantes do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, concluída no dia 18 de novembro de 1831. Foram arrolados cento e

Por meio da análise destas Listas observamos que a localidade possuía 105 homens (89,0%) e 13 mulheres (11,0%) dos chefes de domicílio. Entre aqueles que possuíam escravos havia uma maioria de homens 86,6%, as mulheres eram 13,4%. De todos os escravistas 70,1% deles eram casados; 19,4% solteiros e 10,5% viúvos. A maioria destes últimos foi composta por seis mulheres e apenas um homem.

No tocante ao tamanho da posse em escravos, podemos observar na Tabela I, abaixo, que existiam muitos fogos que não contavam aquela época com nenhum tipo de mão-de-obra escrava num total de cinquenta e um, 43,2% do total dos fogos. As posses onde encontramos o maior número de fogos com escravos são as pequenas (entre 1–19 cativos), com 54 fogos, 45,8% das posses. Eram 253 cativos, média de aproximadamente 4,7, por fogo/domicílio. Muitos deles possuíam apenas um escravo, na verdade esta faixa variou entre proprietários com no mínimo um e no máximo quinze cativos. Parece ter havido uma disseminação com relação à posse de cativos entre aqueles senhores que tinham a primazia no tocante ao número de fogos com escravos, entretanto, esse aspecto não lhes possibilitou deter o maior número de cativos.

A faixa intermediária (20-50 escravos), foi onde se concentravam os proprietários com o maior número de cativos. Eram apenas 10 proprietários, 8,5% do total dos fogos, com seus 316 cativos, o que lhes dava uma média de 31,6 escravos. O número de cativos desta faixa oscilou entre no mínimo vinte e um e no máximo trinta e nove indivíduos.

Por fim, temos as grandes posses, de 50 cativos ou mais. Eram somente três dos indivíduos recenseados (2,5%), mas que possuíam 264 escravos, o segundo maior número de escravos. Contudo, eram os que possuíam a maior média de cativos, 88, bem maior do que a soma das duas outras faixas. Desta forma, Francisco de Paula Villas Boas, lavrador e morador no fogo de número três; Antonio João do Valle, fogo de número dezoito com ocupação de fabrica de café e lavoura e Antonio Dias Tostes, lavrador e maior proprietário de escravos entre os três, morador no fogo cento e dois, possuíam, segundo o recenseamento, a maior concentração de cativos do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora no ano de 1831.

**Tabela I**  
**Tamanho da posse em escravos, origem e percentual dos cativos, Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831**

<b>Posses com ou sem cativos</b>	<b>Posses sem cativos</b>		<b>Pequena* (1 – 19 escravos)</b>		<b>Média (20 – 50 escravos)</b>		<b>Grande (50 - + escravos)</b>		<b>Total</b>	
<b>Origem e número de cativos</b>										
<b>Número de fogos</b>	<b>51</b>	<b>43,2%</b>	<b>54</b>	<b>45,8%</b>	<b>10</b>	<b>8,5%</b>	<b>03</b>	<b>2,5%</b>	<b>118</b>	<b>100%</b>
<b>Africanos</b>	-	-	147	58,1%	176	55,7%	150	56,9%	473	56,8%
<b>Crioulos</b>	-	-	94	37,2%	109	34,5%	78	29,5%	281	33,8%
<b>Pardos</b>	-	-	12	4,7%	29	9,1%	36	13,6%	77	9,2%
<b>Cabras</b>	-	-	-	-	2	0,7%	-	-	2	0,2%
<b>Número de cativos</b>	-	-	<b>253</b>	<b>100%</b>	<b>316</b>	<b>100%</b>	<b>264</b>	<b>100%</b>	<b>833</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04. \*Os moradores do fogo 59, são contados apenas uma vez, mas, seus cativos africanos estão contemplados na tabela, cada um contava a época com um escravo.

Podemos perceber que independente do tamanho da posse, os africanos representaram a maioria dos escravos, respectivamente, 58,1%; 55,7% e 56,9%. Entretanto, os crioulos representavam um percentual não desprezível, perfazendo nas duas primeiras faixas 37,2% e 34,5% com ligeira queda na faixa das grandes posses onde perfizeram 29,5% do total de cativos. Os

---

dezoito fogos, correspondendo a um total de 1422 indivíduos, entre homens e mulheres; adultos e crianças; livres, escravos e libertos/forros. Cabe ressaltar que este número corresponde aos indivíduos listados por José Bastos Pinto, responsável pela feitura de tal mapa, e o primeiro recenseado da lista, entretanto, outros podem não ter sido recenseados. O recenseador, ao assinar o término da mesma, lança os seguintes dados: fogos, 118; habitantes, 1419, sendo livres 586 (destes 23 eram libertos/forros) e cativos 833. Porém, uma incursão às fontes nos leva à constatação que houve um erro por parte de José Bastos Pinto, na verdade, o número total dos habitantes recenseado era de 1422, três a mais do que o exposto por ele, indivíduos estes recenseados como livres. Ainda sobre o número de fogos, existem dois, listados com o número 59 neste caso o recenseador deixa uma observação entre eles dizendo se tratar de “huma so caza”.

pardos, à medida que crescem as faixas de tamanho da posse, aumentam sua participação no total do contingente escravo, 4,7% e 9,1% nas duas primeiras, atingindo seu maior percentual na faixa das grandes posses de cativos com 13,6% do total.

As análises da população cativa, segundo sua faixa etária, origem/cor e sexo (Tabela II) demonstram que o Distrito possuía um número considerável de crioulos e pardos na faixa de 1 a 14 anos. Eram 178 crianças, 77,0% do total, o que pode apontar para um processo de ampliação da população escrava por meio do nascimento de crianças.<sup>12</sup> Percentual nada desprezível se notarmos que os escravos de origem crioula, naquela faixa, superam os de origem africana, perfazendo 59,7% contra 23,0% se a eles agregarmos os pardos 17,3%, a importância dos filhos de africanos nascidos em terras brasileiras ganha ainda mais importância. Já que o africano por definição, quando se reproduz, tem um filho crioulo, certamente esses “infantes” africanos são oriundos do tráfico intercontinental, quiçá chegaram aqui junto com seus pais. Segundo Manolo Florentino e José Roberto Góes, era pequeno o número de escravos com menos de dez anos de idade desembarcados no mercado do Valongo no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, 4,1%, percentagem bem próxima àquela encontrada por Herbert Klein, que estudou o tráfico de Benguela e Luanda para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, encontrando um percentual de 5,2% do total dos cativos nos negreiros menores de dez anos as chamadas “crias de pé” e crias de peito.<sup>13</sup>

A percentagem dos crioulos e pardos nesta faixa permite vislumbrar que houve naquele período um acréscimo na população cativa da região por meio também da reprodução natural, claro que para podermos afirmar que houve taxas de reprodução positiva precisaríamos contrabalançar o número de nascimentos *versus* o número de óbitos. Contudo, a constatação do acima exposto é importante para o entendimento da manutenção e/ou ampliação das escravarias. Segundo Florentino e Góes: “eram cerca de 16% os importados entre dez e 14 anos, o que fazia com que, no máximo, apenas um em cada cinco dos poucos escravos africanos que chamamos infantes (de zero a 14 anos) pudessem ter sido diretamente trazidos da África.”<sup>14</sup>

**Tabela II**  
**Percentual da população cativa do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, segundo faixa etária e origem/cor - sexo, 1831\***

Faixa etária		1-14	%	15-40	%	41 +	%	Total	%
Origem/cor - Sexo		(crianças)		(jovens/adultos)		(idosos)			
Africano	♂	39	16,9	305	57,4	30	42,2	473	56,8
	♀	14	6,1	81	15,3	4	5,6		
Crioulo	♂	62	26,8	53	10,0	16	22,5	281	33,8
	♀	76	32,9	61	11,5	13	18,3		
Pardo	♂	18	7,8	18	3,4	4	5,6	77	9,2
	♀	22	9,5	13	2,4	2	2,9		
Cabra	♂	-	-	-	-	2	2,9	02	0,2
<b>Total</b>	♂/♀	231	100	531	100	71	100	833	100

**Fonte:** Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04. \*As listas trazem a indicação das condições (cativo; livre; liberto; forro); na maioria das vezes a variável anterior, denominada “qualidades” indica se os cativos são africanos ou crioulos, entretanto, nesta mesma variável o recenseador, por vezes, identifica “fulano de condição parda ou cabra, cativo”, logo a seguir caracterizando-o como cativo no item “condições”; é por este motivo que montamos a tabela de acordo com a origem/cor dos cativos.

<sup>12</sup> Paiva e Libby utilizam-se de Listas Nominativas e constataam que na década de 1830 a população escrava de Minas Gerais se sustentava, em parte, por meio da reprodução natural, e mais, que uma geração após o término do tráfico se encontrava plenamente reprodutiva. O fluxo de escravos para Minas deve ter ficado bastante reduzido durante as últimas décadas do século XVIII e a primeira década do XIX [em virtude primeiro da mudança de sua base mineradora para atividades diversificadas e depois pelo fim do tráfico]. Se esta hipótese é correta, significaria que a população escrava experimentou um hiato de quase duas gerações durante o qual as influências ‘negativas’ do tráfico negreiro internacional ficaram bastante diminuídas. Neste caso, avanços em direção à reprodução natural deveriam ter ocorrido e teriam conseqüências importantes quando do novo aumento do volume de entradas de africanos. Uma grande e relativamente estável população crioula estaria se reproduzindo e, até um certo tempo, poderia ter absorvido uma parcela do novo contingente africano nos padrões de reprodução ou, ao menos, ter resistido à ‘investida’ dos recém-chegados. PAIVA, Clotilde Andrade e LIBBY, Douglas Cole. Op. cit., p. 213.

<sup>13</sup> FLORENTINO, Manolo, GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1750 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. KLEIN, Herbert. Op. cit.

<sup>14</sup> FLORENTINO & GÓES, op. cit. p.131-132.

Como seria de se esperar, a maior parte dos escravos se encontrava entre os jovens/adultos em idade produtiva, 15 a 40 anos, e possuía uma maioria de cativos/cativas africanos 72,7%, maior que a soma das percentagens dos crioulos/crioulas 21,5% e pardos/pardas 5,8% nessa faixa de idade (Tabela II). Ou seja, esses africanos que eram a grande maioria do contingente cativo, haviam nascido no continente africano e chegado ao território brasileiro via tráfico internacional; é preciso ressaltar que não há menção ao local de procedência destes cativos com exceção a José Congo, solteiro com 70 anos e Matheus Congo, solteiro de 25 anos que habitavam, respectivamente, os fogos sessenta e oito e cento e sete.

Embora baixo, o número de escravos idosos, acima dos 41 anos (71), típico de uma população com baixas taxas de fecundidade e/ou altas taxas de imigração, não é desprezível, e é uma boa medida do desenvolvimento daquela economia. O maior número de africanos nesta faixa (47,8%), pode indicar que, anteriormente, já havia uma predileção pelos escravos oriundos da África, certamente provenientes do tráfico internacional, e que apesar das agruras do cativeiro conseguiram alcançar aquela faixa-etária. Entretanto, encontram-se entre os idosos um número muito próximo de cativos de origem crioula, 40,8%, o que pode denotar, caso os mesmos tenham nascido na dita localidade à incidência de reprodução natural. Talvez tenha havido, por parte daqueles proprietários, um cuidado mais racional de sua posse em cativos, independente de sua origem, o que não quer dizer que houve um abrandamento na relação senhor/escravo, onde o primeiro continuava a ser o detentor das prerrogativas.

Pois bem, analisando a Tabela III, podemos conhecer quais as origens dos cativos reconhecidos como casados.<sup>15</sup> Foram nove nas pequenas propriedades (1-19 escravos) com 22 pessoas casadas, sendo que dos 11 homens dez eram africanos e um era crioulo, as mulheres foram cinco africanas e seis crioulas. Na faixa dos médios proprietários podemos encontrar, outros nove fogos com 78 escravos casados. Eram 31 africanos, 05 crioulos, 02 pardos e um cabra enquanto que as mulheres eram 16 africanas, 19 crioulas e 04 pardas, havia ainda 02 viúvas sendo uma crioula e a outra parda. A faixa que abrigava a maior concentração de escravos por proprietário, ou seja, a das grandes propriedades, possuía em suas três propriedades, 70 escravos casados, 21 africanos, 09 crioulos e 05 pardos. Havia ainda 15 mulheres da África, 16 crioulas e 04 pardas.

**Tabela III**  
**Estado conjugal dos cativos segundo origem e sexo e o tamanho da posse no Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, 1831**

Tamanho das posses/estado conjugal	Pequena* (1 – 19 escravos)				Média (20 – 50 escravos)				Grande (50 - + escravos)				Total	
	C	%	V	%	C	%	V	%	C	%	V	%	C/V	%
<b>Sexo</b>														
Africanos	10	45,4	-	-	31	39,7	-	-	21	30,	-	-	62	36,0
Africanas	5	22,7	-	-	16	20,5	-	-	15	21,4	-	-	36	21,0
Crioulos	1	4,5	-	-	5	6,4	-	-	9	12,8	-	-	15	8,8
Crioulas	6	27,2	-	-	19	24,3	1	50,0	16	22,8	-	-	42	24,4
Pardo	-	-	-	-	2	2,5	-	-	5	7,1	-	-	7	4,1
Parda	-	-	-	-	4	5,1	1	50,0	4	5,7	-	-	9	5,2
Cabra	-	-	-	-	1	1,2	-	-	-	-	-	-	1	0,5
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78</b>	<b>100</b>	<b>02</b>	<b>100</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>100</b>
Homens casados	11	50,0	-	-	39	50,0	-	-	35	50,0	-	-	85	49,4
Mulheres casadas e viúvas	11	50,0	-	-	39	50,0	2	100,0	35	50,0	-	-	87	50,6
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>02</b>	<b>100</b>	<b>70</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04.

<sup>15</sup> Aqui vale a mesma ressalva da tabela II.

Os homens e mulheres africanos, somados, representam os que mais se casaram, 57%, seguidos por crioulos, pardos e cabras, respectivamente, 33,2%, 9,3% e 0,5%. A própria demografia do tráfico da localidade, que contava com um maior percentual de cativos desta origem, explica tal fato. É interessante notar que, em todas as faixas, as mulheres que mais se casaram eram as crioulas, mais até do que os crioulos, 24,4% versus 8,8%. O mesmo ocorreu com as pardas, 5,2% e 4,1%. As cativas “nacionais”<sup>16</sup> foram as que mais reconheceram seus relacionamentos perante a Igreja Católica e parecem ter dominado o mercado matrimonial, foram 51, 29,6, enquanto que as africanas num total de 36 mulheres tiveram um percentual de 21,0%. Mais uma vez a lógica econômica do tráfico de escravos pode nos ajudar a entender esse domínio das cativas nacionais como um todo e das crioulas em específico, já que se procurava, sobretudo naquele período, principalmente a mão-de-obra escrava de origem africana e masculina. Creio que encontrar na segunda faixa o maior número de casados e também as duas viúvas, se deva ao fato de na mesma se concentrar o maior número de escravos.

É importante salientar que a grande maioria dos escravos foi descrita como solteiro(a), o que talvez possa ter se dado pelas dificuldades de se encontrar, naquela região, um companheiro para casar. Porém, vale aqui uma ressalva, parece que os cativos descritos como casados tiveram essa designação apontada, provavelmente por terem tido a oportunidade de levar seu relacionamento ao sacramento do casamento, ou seja, a fonte nos dá a conhecer apenas aqueles com um relacionamento sancionado pela Igreja. É possível que existissem outros escravos com algum tipo de relacionamento afetivo, e que não podemos conhecer por não terem contraído núpcias perante a Igreja Católica, fato que levou o recenseador a descrevê-los como solteiros. O alto índice de crianças pode ser um indicativo de que possivelmente havia naqueles fogos relacionamentos fortes e duradouros, mas, que o recenseador não reconheceu, por não terem recebido as bênçãos matrimoniais quem sabe até com relações entre cativos de diferentes propriedades.<sup>17</sup>

Foram 21 os fogos com escravos casados, 31,3 daqueles 67 que possuíam cativos, 17,7% dos cento e dezoito. Apenas em dois deles houve diferença entre o número de homens e mulheres casados, diferença nunca superior a um. Assim, no fogo de número quatro temos seis homens casados e cinco mulheres; enquanto que no de número cento e treze encontramos nove homens e dez mulheres.

Podemos notar até aqui a patente superioridade do número de homens (acima dos 15 anos) sobre o de mulheres durante aquele período, exceção feita às crioulas na segunda faixa etária, e também a maior presença dos africanos sobre os “nacionais”, no começo da década de 1830, certamente reflexo das opções empreendidas pelos proprietários àquela época. Estes traços conformam aquilo que segundo João Fragoso “(...) a grosso modo, poderíamos chamar de demografia da *plantation*. Nestes traços, nota-se a presença do tráfico internacional/interno de escravos e a preferência maior dos senhores em possuir escravos homens do que mulheres.”<sup>18</sup>

Isto posto, pode demonstrar um dinamismo do tráfico de africanos para o Brasil, e em seguida, para a Província Mineira na primeira metade do século XIX. Claro que por se tratar de um período no qual a localidade vinha passando por processos de consolidação de sua economia baseada no café, poderíamos aventar a possibilidade de que aqueles proprietários listados nos 118 fogos fossem provenientes de outras regiões, como por exemplo, a região mineradora, ou seja, chegaram ali com algum dinheiro e parte de seus cativos, situação plausível. Contudo, cabe ressaltar que alguns dos indivíduos presentes no recenseamento já estavam assentados naquele distrito, nas

---

<sup>16</sup> Os nacionais são os crioulos, cabras e pardos.

<sup>17</sup> Segundo Botelho: “A nosso ver, fica claro que, do ponto de vista senhorial, a reprodução natural é uma componente que entra positivamente em seus cálculos econômicos. Muitos a adotam como estratégia única de manutenção e ampliação do plantel. Outros, mesmo lançando mão do mercado, não desprezam sua importância. (...) parece significar também a manutenção da família escrava. Constantemente preservada, vemos casos de gerações que se sucedem dentro de um mesmo plantel, trazendo a vida dos cativos nela integrados um grande fator de estabilidade”. BOTELHO, op. cit., p.232, 1998. Ver também SLENES, Robert W. op. cit, 1999.

<sup>18</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PTIZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. *Revista Arrabaldes*. Ano I, n. 2, set./dez., 1988, p. 43.

imediações deste, ou então no termo da Vila de Barbacena como, por exemplo, o Capitão Antonio Dias Tostes.

A análise dos dados reforça o argumento de que em Juiz de Fora os proprietários possuíam uma maioria de escravos africanos e nacionais na faixa produtiva e com média de idades em torno dos 22,9 anos, demonstrando uma possível predileção por esses cativos. A média é coerente com um quadro de taxas de fecundidade relativamente baixas com imigração de adultos da África.

### As famílias senhorias e suas estratégias de manutenção e/ou ampliação da posse em escravos

Cabe agora visualizar um pouco mais de perto as posses das três famílias alvo de nosso estudo. Vamos começar com a propriedade do capitão Antonio Dias Tostes, então com 55 anos de idade, e de longe o maior possuidor de cativos de acordo com o recenseamento de 1831. A maioria esmagadora foi descrita como africano/africana e representava o maior número dos cativos existentes naquele fogo – 126; em seguida vinham os descritos como crioulos, num total de 19, o recenseador incluiu nesse grupo duas escravas descritas como pardas. Essa posse contava ainda com Antonia crioula liberta de 50 anos, casada com Roque e Ambrosio africano, liberto e 60 anos e solteiro. Nota-se que nessa propriedade havia uma maioria de cativos do sexo masculino tanto entre africanos quanto entre crioulos, 73,0% e 57,9%, respectivamente. É interessante notar que enquanto os africanos do sexo masculino, superam suas parceira, quase três vezes mais, no caso dos crioulos houve um certo equilíbrio entre os sexos.(Tabela IV).

**TABELA IV**  
**Sexo e origem dos cativos de Antonio Dias Tostes, 1831\***

Origem Sexo	Africano	%	Crioulo	%	Pardo	%	Total	%
<b>Masculino</b>	92	73,0	11	57,9	-	-	103	70,1
<b>Feminino</b>	34	27,0	8	42,1	2	100	44	29,9
<b>Total</b>	126	100	19	100	02	100	147	100,0

**Fonte:** Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04. \*Decidimos manter, pelo menos por enquanto, nesta tabela tal como apareceu na fonte, variável *qualidade* os escravos denominados pardos; cabe ressaltar ainda que os dois libertos constituíam-se de um homem africano e de uma mulher liberta.

No ano de 1837 se deu à partilha dos bens da primeira esposa de Antonio Dias Tostes, Dona Anna Maria do Sacramento. Quanto à origem dos cativos, a fonte demonstra que a grande maioria da escravaria dessa família continuava a ser composta, por africanos 107, os crioulos eram 32. Entre aqueles onde não foi possível se saber esta variável, os homens continuavam a suplantar as mulheres foram 44 indivíduos, sendo 28 homens, 63,7% e 16 mulheres, 36,3% (Tabela V). Notamos que em 1831 os africanos eram quase três vezes mais do que as africanas, já em 1837 eles haviam ultrapassado esta cifra. Os crioulos e crioulas que em números absolutos se equilibravam no ano do recenseamento, tinham agora uma supremacia masculina, com 21 crioulos (65,7%) e 11 crioulas (34,3).

**TABELA V**  
**Sexo e origem dos cativos de D. Anna Maria do Sacramento, 1837**

Origem Sexo	Africano	%	Crioulo	%	Não consta	%	Total	%
<b>Masculino</b>	81	75,7	21	65,7	28	63,7	130	71,0
<b>Feminino</b>	26	24,3	11	34,3	16	36,3	53	29,0
<b>Total</b>	107	100	32	100	44	100	183	100,0

**Fonte:** Partilha dos bens de D Anna Maria do Sacramento, 1837. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Ao contrastarmos os dados das duas tabelas anteriores, constatamos uma pequena diminuição no número de africanos e um aumento no número de crioulos, no decorrer daqueles seis anos. O número de cativos, onde não foi possível saber sobre sua procedência aumentou, entretanto, mesmo que fossem todos crioulos, o que não deve ser o caso, não conseguiriam suplantar os cativos provenientes da África.

Com relação ao sexo dos cativos, a propriedade dos Dias Tostes, como já dissemos, possuía uma maioria de homens e africanos, típicos de uma propriedade de *plantation*, com razões de sexo bastante elevadas. Em 1831, encontramos uma razão de 270,5 entre os africanos e 137,5 para os



crioulos.<sup>19</sup> Perfil semelhante detectamos no ano de 1837, embora tenham diminuído o seu percentual, os africanos continuaram possuindo a supremacia nessa propriedade. Àquela época, as razões de sexo de africanos e crioulos foram, respectivamente, 311,5 e 190,9; havia ainda os cativos sem origem conhecida, mas mesmo dentre estes a diferença era elevada, perfazendo 175 homens para cada grupo de cem mulheres.

A tabela VI nos permite tecer algumas considerações a respeito da faixa etária na qual encontravam-se os cativos em 1831. Na faixa de 1-14 anos, encontravam-se 35 cativos, 23 escravos africanos, 65,7%; 10 crioulos, 28,6% e as duas pardas, 5,7% do total. Na segunda faixa etária, e a que abrigava o maior número dos cativos de Antonio Dias Tostes àquela época (105), estavam inclusos 99 africanos, 94,3%, e seis crioulos 5,7%. Finalmente a última faixa, e a que contempla o menor número de cativos (07), possuía quatro africanos, 57,2% e três crioulos, 42,8%. Cabe ressaltar neste momento que é nesta faixa etária em que se encontram os libertos Antonia crioula e Ambrosio africano.

**TABELA VI**  
**Sexo e faixa etária dos cativos do Capitão Antonio Dias Tostes em 1831**

Faixa etária Sexo	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	41+ (idosos)	%	Total	%
Masculino	21	60,0	78	74,3	5	71,4	104	70,8
Feminino	14	40,0	27	25,7	2	28,6	43	29,2
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>	<b>105</b>	<b>100</b>	<b>07</b>	<b>100</b>	<b>147</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Mapas de população. Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora, Termo da Nobre e Muito Leal Vila de Barbacena, 1831. Arquivo Público Mineiro. Caixa 09; Documento 04.

Se subtrairmos os cativos na faixa das crianças (1-14 anos) do total de escravos contabilizados na posse de Antonio Dias Tostes em 1831, (Tabela VI) encontramos um total de 101 africanos e 11 crioulos, que se encontravam dentro das duas outras faixas etárias, ou seja, havia um percentual de 90,2% de africanos e 9,8% de crioulos. Fica claro, então, que o maior proprietário de escravos do Distrito de Santo Antonio do Juiz de Fora possuía uma posse majoritariamente composta de africanos em idade produtiva.

Alguns anos mais tarde, na partilha dos bens de Dona Anna Maria do Sacramento, esposa de Antonio Dias Tostes, temos a oportunidade de avaliar um pouco mais a posse de escravos deste senhor. Notamos um aumento do número de cativos, que totalizavam 183 escravos, ou seja, durante este intervalo, de cerca de seis anos, a posse de cativos desta família aumentou 24,5%, em relação aos listados em 1831, agregando 36 escravos aquela comunidade. Alguns deles foram entregues para pagamento de dívidas, notadamente os com algum problema ou deficiência de saúde, totalizando 29 cativos; a maioria, 78 escravos, ficou com o viúvo, e o restante, 76, foram partilhados entre os outros doze herdeiros.

**TABELA VII**  
**Sexo e faixa etária dos cativos de D. Anna Maria do Sacramento, 1837**

Faixa etária Sexo	Recém nascido	%	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	41+ (idosos)	%	Não consta	%	Total	%
Masculino	9	64,3	16	53,3	89	75,4	6	85,7	10	71,4	130	71,0
Feminino	5	35,7	14	46,7	29	24,6	1	14,3	4	28,6	53	29,0
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>118</b>	<b>100</b>	<b>07</b>	<b>100</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>183</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Partilha dos bens de D Anna Maria do Sacramento, 1837. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

A análise das faixas etárias, Tabelas VI e VII, permite vislumbrar que houve, entre 1831 e 1837, um aumento entre os cativos por nós considerados como jovens/adultos e uma diminuição nos denominados como crianças. Sem deixar de lado outras possíveis variáveis – fuga, morte, venda de escravos, talvez isso possa ter acontecido pelo fato de essas crianças terem atingido os quinze anos de idade levando-os a compor a faixa dos jovens. Os idosos permaneceram em mesmo número. Entretanto, se agregarmos às crianças os recém nascidos<sup>20</sup>, crianças com menos de um ano,

<sup>19</sup> A razão de sexo é definida como o número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

<sup>20</sup> Recém nascidos são aquelas crianças descritas nas fontes como tendo “ x meses de vida”.

notamos que aquela escravaria contou no intervalo de tempo entre as duas fontes, com um aumento de sua posse por meio do nascimento de cativos.<sup>21</sup>

Diferente da relação de habitantes de 1831, a partilha nos possibilita conhecer um pouco mais sobre a procedência dos africanos (Tabela VIII), que em sua maioria eram do Congo (34), de Cabinda (31) e Benguela (17). Um grupo “intermediário” contava com escravos distribuídos entre Cassange (8), Monjolo (7), Rebolo (4), Moçambique (3) e Angola (2); e o que poderíamos designar como o menor grupo possuía um escravo Mina e outro Muange; um outro escravo foi descrito como oriundo do Rio de Janeiro, tivemos ainda 73 cativos sem esta variável mencionada.

Utilizando os dados de Mary Karasch sobre as origens africanas dos cativos oriundos do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro, encontramos, na posse de Dona Anna Maria do Sacramento no ano de 1837, uma maioria de cativos provenientes da *África Central ou Centro-Oeste Africano* 56,8%, formado pelas regiões do Congo Norte e Angola. São setenta e dois cativos procedentes da região do Congo Norte, compostos por trinta e quatro Congos (18,6%), trinta e um Cabindas (16,9%) e sete Monjolo (3,8%). Da região de Angola eram trinta e um cativos, sendo de Angola meridional dezessete Benguela (9,3%); os outros quatorze, eram do Norte de Angola, oito Cassange (4,4%), quatro Rebolo (2,2%) e dois Angola (1,1%), também do Centro-Oeste africano havia um Muange (0,5%), que Karasch caracteriza como de região incerta ou não identificada. Da *África Oriental* temos três escravos de Moçambique, 1,6%, havia ainda um cativo da *África Ocidental* 0,5%, de procedência Mina.<sup>22</sup>

**TABELA VIII**  
**Procedência dos cativos de Anna Maria do Sacramento, 1837**

Origem africana	Procedência	Nº de cativos	%
África central ou Centro-Oeste Africano	Congo	34	18,6
	Cabinda	31	16,9
	Monjolo	7	3,8
	Muange	1	0,5
Angola	Benguela	17	9,3
	Cassange	8	4,4
	Rebolo	4	2,2
	Angola	2	1,1
África Ocidental	Mina	1	0,5
África Oriental	Moçambique	3	1,6
Brasil	Rio de Janeiro	1	0,5
-	Não consta	74	40,4
-	<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>100</b>

Fonte: Partilha dos bens de D Anna Maria do Sacramento, 1837. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Ainda de acordo com a partilha feita em 1837, nos foi possível saber a origem dos cativos. Encontramos a maioria dos africanos entre os jovens, perfazendo 82 indivíduos, 69,5%, seguidos por dois crioulos 1,7%, para os outros 33 cativos não sabemos a origem, 28,0%, há ainda um cabra 0,8%. Na faixa concernente às crianças existiu um certo equilíbrio entre africanos e crioulos, respectivamente, 13, (43,3%) e 14, (46,7%), havia ainda um cabra 3,3% e para duas crianças não pudemos conhecer a origem, 6,7%. Existiam 14 recém-nascidos, 12 deles de origem crioula (85,7%), dos outros dois não conhecemos a origem, entretanto, acredito que pela idade (menores de uma ano) é muito provável que tenham sido crioulos. Embora não se saiba a taxa de mortalidade daquela população, parece que houve entre a lista de 1831, e a partilha em 1837 um crescimento vegetativo natural<sup>23</sup> importante entre os cativos daquela família. Para outros 14 escravos não foi possível se conhecer a idade, o que nos impossibilitou determinar a que grupos pertenceram, oito africanos, dois crioulos e outros quatro sem origem descrita.

No concernente à procedência dos escravos daquela posse de cativos, encontramos na faixa referente às crianças 04 cativos de Cabinda; 03 cativos do Congo; 03 de Benguela, 02 Cassange; um

<sup>21</sup> Aqui será necessário o conhecimento das taxas de natalidade e mortalidade geral, para que possamos saber qual a taxa de aumento dessa população por meio da reprodução natural.

<sup>22</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>23</sup> Definido como a diferença positiva entre nascimentos e mortes.

Monjolo, 17 deles não tiveram essa variável mencionada. Entre os por nós designados como jovens (15 – 40 anos) existiram 28 Congos; 24 Cabinda; 10 Benguela; 06 Monjolo; 06 Cassange; 03 Rebolo; 02 Angola; um Mina; um Carioca e 34 sem informação. Ou seja, onde se encontravam os escravos mais aptos para o trabalho “jovens/adultos”, havia 58 cativos do Congo Norte, 21 de Angola e um Mina. O grupo dos idosos era composto por um Congo e três Benguela, para três deles não consta esta informação. Dentre os recém nascidos não há menção a procedência e entre os cativos onde não foi possível se saber a idade encontramos dois do Congo, um de Benguela. Três de Cabinda e um Rebolo, um Muange e para seis não consta a procedência. Os dados sobre a posse da família Tostes, tendem a corroborar a preferência por parte dos proprietários, pelo menos até primeira metade do século XIX, de manutenção e/ou ampliação de suas posses por meio do tráfico de escravos oriundos da África. Embora como procuramos demonstrar entre os anos de 1831 e 1837 o número de crianças tenha diminuído, houve também um acréscimo importante aquela posse com os recém - nascidos.

Outra família por nós pesquisada foi a do Comendador Francisco de Paula Lima.<sup>24</sup> Falecido no dia 26 de novembro de 1865, o inventário deste senhor, mais uma vez, nos mostra uma propriedade majoritariamente masculina, onde os homens somavam 68,2% da posse e as mulheres 31,3% (Tabela IX). Para um indivíduo, 0,5%, não foi possível conhecer o sexo. Nesta propriedade também houve uma maior concentração de cativos, entre os jovens/adultos (15-40 anos), com 133 escravos. A seguir vem os 35 idosos, seguidos por 29 crianças e um recém - nascido. Oito cativos eram de origem africana. Da *África Central* temos dois Congos e um Cabinda; de *Angola* dois Rebolos e um Benguela; encontramos ainda da *África Oriental* um Moçambique e da *África Ocidental* um Cabo Verde. Dezoito escravos foram descritos como crioulos, dois deles, procedentes da Bahia.

**TABELA IX**

**Sexo e faixa etária dos cativos do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866**

Faixa etária	Recém		1-14		15-40		41+		Total	
Sexo	nascido	%	(crianças)	%	(jovens/adultos)	%	(idosos)	%		%
Masculino	-	-	19	65,5	87	65,4	29	82,9	135	68,2
Feminino	1	100	10	34,5	46	34,6	5	14,2	62	31,3
Não consta	-	-	-	-	-	-	1	2,9	1	0,5
<b>Total</b>	01	100	29	100	133	100	35	100	198	100

**Fonte:** Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cartório do 1º Ofício Cível.

Por meio do conhecimento do sexo e da faixa etária dos cativos podemos perceber que os 18 crioulos estiveram em sua maioria na faixa etária das crianças, num total de quatorze correspondendo 48,3% das crianças. Outros três estavam entre os cativos de 15-40 anos, inclusive os dois descritos como “da Bahia”, 2,25%. O outro crioulo é a recém-nascida Rozaria, filha de Theophila. Os 08 africanos conhecidos dividem-se entre a terceira e a quarta faixa etária, respectivamente, seis, 4,5%, (dois Congos, dois Rebolos, um Cabinda e o outro Cabo Verde) e dois, 1,5%, (Moçambique e Benguela). Entretanto, a imensa maioria dos cativos onde não foi possível se saber sua origem pertence à faixa dos jovens, totalizando 124 escravos 93,2%, em seguida encontramos 33 na faixa acima dos 41, 94,3% e por fim 15 escravos, 51,7%, compõem a faixa etária concernente às crianças.

Os cativos descritos como portadores de algum ofício especializado, 19 escravos, ou seja, 9,6% do total de cativos daquela propriedade, encontravam-se, sobretudo, entre os jovens/adultos, além dos quatro pedreiros, dois carreiros e dois carpinteiros compunham esta faixa um alfaiate, um tropeiro, um cozinheiro e um ferreiro; os outros eram idosos, sendo três carpinteiros, um arrieiro, um carreiro além do feitor e do copeiro.

No ano de 1877, aos 27 dias do mês de outubro, faleceu a esposa do Comendador Francisco de Paula Lima, Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima. De acordo com seu inventário, esta senhora possuía a época, 130 cativos, o documento lista ainda nove ingênuos (Tabela X). Passados

<sup>24</sup> Sobre a família do Comendador conferir: RODRIGUES. André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira*: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

onze anos desde o inventário do Comendador notamos um decréscimo, no número de escravos, o que não é de se espantar, haja vista que neste intervalo de tempo houve a partilha dos bens daquele senhor, inclusive os escravos, no ano de 1866. Logicamente, podem ter existido outros fatores que levaram a essa baixa, no número de cativos, como vendas, óbitos e dívidas.

**TABELA X**  
**Sexo e faixa etária dos cativos de Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima, 1877**

Faixa etária Sexo	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/adultos)	%	40 + (idosos)	%	Não consta	Total	%	
Masculino	5	55,6	32	56,1	34	57,6	3	60,0	74	57,0
Feminino	4	44,4	25	43,9	25	42,4	2	40,0	56	43,0
<b>Total</b>	09	100	57	100	59	100	05	100	130	100

**Fonte:** Inventário *post-mortem* de Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima, 1877. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cartório do 1º Ofício Cível.

Ainda podemos encontrar nesta posse, mais homens do que mulheres escravas, todavia, apesar da diferença, os números tendem mais a se equilibrar. Houve uma diminuição no número total de homens com relação às mulheres. Enquanto estes diminuíram, mais ou menos, em torno de 10%, estas aumentaram na mesma proporção.

A mudança das percentagens nas três faixas etárias se deve, dentre outros motivos, pela própria variação de tempo, ou seja, houve ali uma mudança dos cativos em suas faixas de idade. Muitos dos escravos que conseguiram sobreviver e estavam, por exemplo, na faixa dos recém nascidos com o passar desses anos integraram a faixa das crianças, enquanto que os desta faixa eram em 1877 jovens/adultos, e assim sucessivamente.

Parece que houve um envelhecimento da posse de escravos, entretanto, este envelhecimento deve ser matizado, pois, as crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre de 1871, nove ingênuos, que a partir de então eram livres, não foram computadas. A análise das duas tabelas parece corroborar essa “passagem” entre as faixas. Em 1866 eram vinte e nove crianças e um recém-nascido, 15,1% do total de escravos, já em 1877 esse número caiu para nove, 7%.

Isso fica ainda mais perceptível na categoria dos jovens/adultos e na dos idosos. Enquanto a primeira possuía em 1866, 133 cativos, 67,2%, do total, passou a contar com 57 escravos, 43,9% em 1877. A segunda (idosos) teve sua percentagem aumentada, de 35 idosos 17,7%, passou a abarcar, em 1877, 59 cativos, 45,4%, passando a ter a maior percentagem do total de cativos neste ano. Em um período no qual a mão-de-obra escrava sofreu um aumento no preço dos cativos, sobretudo pelo fim do tráfico internacional, seria inviável, pelo menos do ponto de vista econômico, que depois da morte do Comendador, sua esposa ou herdeiros tivessem investido capital em cativos com idades acima dos quarenta anos. Esta mudança pode demonstrar uma manutenção da comunidade escrava. Muitos dos cativos que habitaram a posse do Comendador durante seu ciclo de vida, inclusive suas famílias, devem ter continuado nesta propriedade até o momento da morte de D. Francisca Benedicta de Miranda Lima ou quem sabe até mais.

Como seria de se esperar, a posse dos Paula Lima possuiu tanto no inventário do Comendador Francisco de Paula Lima, quanto no de sua esposa D. Francisca Benedicta de Miranda Lima um pequeno percentual de africanos com procedência conhecida (Tabela XI). É interessante notar que os africanos dessa família reproduziam entre 1866 e 1877, os dados que expusemos anteriormente sobre a posse de D. Anna Maria do Sacramento, primeira esposa de Antonio Dias Tostes, ali também havia uma maioria de africanos provenientes da *África Central ou Centro-Oeste Africano*, formado pelas regiões do Congo Norte (foram três Congos e três Cabindas), de *Angola* (dois Rebolo; um Benguela; um Angola e um Cassange), da *África Oriental* temos dois escravos de Moçambique da África Ocidental existiu um Cabo Verde.<sup>25</sup>

<sup>25</sup>Cf. KARASCH, op. cit.

**Tabela XI**  
**Procedência dos cativos africanos da família Paula Lima, Juiz de Fora 1866 e 1877**

<b>Ano do inventário</b>	<b>1866</b>	<b>1877</b>	<b>Total</b>
<b>Procedência</b>			
<b>Congo</b>	2	1	3
<b>Cabinda</b>	1	2	3
<b>Rebolo</b>	2	-	2
<b>Cassange</b>	-	1	1
<b>Benguela</b>	1	-	1
<b>Angola</b>	-	1	1
<b>Moçambique</b>	1	1	2
<b>Cabo Verde</b>	1	-	1
<b>Total</b>	08	06	14

**Fonte:** Inventário *post-mortem* do Comendador Francisco de Paula Lima, 1866 e inventário *post-mortem* de sua esposa Dona Francisca Benedicta de Miranda Lima, 1877. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cartório do 1º Ofício Cível.

Coincidência? Talvez não. Duas hipóteses podem ser possíveis para se pensar esta semelhança. Em primeiro lugar, como o número de procedências dadas a perceber é pequeno, nossa análise pode estar enviesada, distorcendo o que pode ter realmente acontecido. Uma segunda hipótese e talvez a mais provável é a de que, até o fim efetivo do tráfico, os traficantes e compradores de cativos tenham continuado a ter preferência na compra de cativos provenientes das regiões acima citadas ou que mesmo após a extinção do tráfico com o conseqüente redirecionamento desta prática, tenham continuado essa dinâmica só que agora se valendo da compra destes Congos, Cabindas, Rebolos, etc, no mercado interno.

A terceira família estudada é a do Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage, falecido no ano de 1868. Segundo seu inventário, sua posse era composta em sua maioria, assim como para as outras duas famílias, por homens, 64,1%, as mulheres constituíam 35,9% como pode ser observado na Tabela XII.

**Tabela - XII**  
**Sexo dos escravos do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868**

<b>Sexo</b>	<b>Nº de cativos</b>	<b>%</b>
<b>Masculino</b>	75	64,1
<b>Feminino</b>	42	35,9
<b>Total</b>	117	100

**Fonte:** Inventário *post-mortem* do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cartório do 1º Ofício Cível.

No que diz respeito à origem dos escravos pertencentes ao Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, para um grande número não foi possível determinar esta variável. Para aqueles onde conseguimos averiguar esta informação, notamos que homens foram, em sua maioria, descritos como crioulos, num total de 29 indivíduos, que corresponde a 24,8%, os designados como africanos totalizavam 19 indivíduos, 16,2%, do total da posse. As mulheres, da mesma forma, foram na maior parte descritas como crioulas, 17 ou 14,5%, havia ainda quatro africanas que, representavam 3,4% do total de 117 cativos. Os cativos para os quais esta informação não consta foram 48 escravos 41,0% (Tabela XIII). Os escravos africanos, entretanto, não tiveram sua procedência mencionada. Dezoito anos após o fim efetivo do tráfico de escravos para o Brasil a grande maioria dos cativos dessa posse, onde se pode saber a origem, era composta por escravos nascidos no Brasil (39,5%).

**TABELA XIII**  
**Origem dos cativos de Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868**

<b>Origem</b>	<b>Nº de cativos</b>	<b>%</b>
<b>Africano</b>	23	19,5
<b>Crioulo</b>	46	39,5
<b>Não consta</b>	48	41,0
<b>Total</b>	117	100

**Fonte:** Inventário *post-mortem* do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Cartório do 1º Ofício Cível.

Quando averiguamos o sexo e a faixa etária onde se encontravam os cativos, tabela abaixo, notamos uma distribuição sempre maior dos homens em todas as faixas etárias com exceção dos recém nascidos que se equivalem. Os africanos foram designados apenas como de nação, portanto,

não pudemos traçar qual a procedência destes indivíduos, o conhecimento deste aspecto foi possível para apenas três cativos do sexo masculino dois deles designados como carioca e o outro como pernambucano, provavelmente oriundos do tráfico interprovincial.

**TABELA XIV**  
**Sexo e faixa etária dos cativos do Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage, 1868**

Faixa etária Sexo	Recém nascido*	%	1-14 (crianças)	%	15-40 (jovens/ adultos)	%	41+ (idosos)	%	Não consta	%	Total	%
Masculino	3	50,0	16	59,2	35	61,4	20	76,9	1	100	75	64,1
Feminino	3	50,0	11	40,8	22	38,6	6	23,1	-	-	42	35,9
<b>Total</b>	06	100	27	100	57	100	26	100	01	100	117	100,0

**Fonte:** Inventário *post-mortem* do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868. AHUFJF. Cartório do 1º Ofício Cível.

\*Correspondem às crianças com menos de um ano, nesta posse elas tinham entre um e oito meses.

Esta posse também contou com uma maioria de cativos na faixa correspondente aos jovens/adultos. É interessante notar que as faixas etárias das crianças e dos idosos tinham praticamente o mesmo número de indivíduos. Esses idosos, devem ter sido provavelmente em sua maioria africanos que possuíram, assim como na posse do Comendador Francisco de Paula Lima, uma maior longevidade, diferentemente do que ocorreu na posse de Antonio Dias Tostes.

Deve ter havido por parte desses proprietários, Paula Lima e Barbosa Lage um maior cuidado com a saúde de seus cativos, o que possibilitou a eles uma maior longevidade. Interessante notar que no inventário do Comendador havia menção a um “hospital” no interior de sua propriedade. O fato de não contar com um fluxo maior no que diz respeito ao tráfico de cativos, situação oposta a encontrada por Antonio Dias Tostes na primeira metade do século, pode também ter influenciado esses proprietários no que diz respeito aos cuidados com relação a seus escravos, o que veio a se refletir, por exemplo, no número de idosos que suas posses comportavam.

### **Reprodução natural e/ou Tráfico de escravos ?**

De acordo com os livros de registro de batismo, que se encontram na Catedral Metropolitana de Juiz de Fora e na Cúria da mesma localidade, Antonio Dias Tostes, levou entre os anos de 1818 e 1832 dez cativos ao batismo, sendo seis meninos e quatro meninas. Não encontramos sua primeira esposa D. Anna Maria do Sacramento levando escravos a este sacramento, entretanto, sua segunda esposa Dona Guilhermina Celestina da Natividade batizou um cativo e cinco cativas ao batismo na década de 1850.

Este proprietário, como tentamos demonstrar, parece não ter se valido, pelo menos de forma constante, de tal meio para ampliar sua posse, já que nas Listas de 1831 a maioria de seus cativos era proveniente da África e estavam entre os acima dos quinze anos, não tendo, portanto, nascido naquela posse. Havia, como já dissemos, um número não desprezível de crianças, que eram naquele ano do recenseamento trinta e cinco. Pois bem, o conhecimento destes dez nascimentos deixa antever que aquela propriedade contou com uma maioria de crianças cativas naquela faixa etária (1–14 anos), que provavelmente eram oriundas do continente africano, quem sabe, trazidas para cá até com algum de seus pais. Esta hipótese parece reforçar ainda mais que Antonio Dias Tostes procurava ampliar e manter sua posse por meio da compra de cativos provenientes do tráfico internacional na primeira metade do século XIX.

Entre a Lista de 1831 e a partilha dos bens de D. Anna Maria do Sacramento houve um aumento no número de crianças, o que fica perceptível com os 14 recém-nascidos (menores de um ano) que pudemos conhecer, embora não tenhamos encontrado D. Anna levando nenhum cativo ao batismo. Entretanto, parece que a viúva do Antonio Dias Tostes continuou contando com a compra de escravos provenientes do tráfico, pois sua força de trabalho entre os jovens/adultos aumentou. Mesmo se considerarmos a faixa das crianças, que em 1831 possuía trinta e cinco cativos e em 1837 possuía trinta, tenha contribuído para este aumento ainda sim houve crescimento em virtude da compra de escravos.

De acordo com os passaportes e despachos emitidos na primeira metade do oitocentos pela Intendência de Polícia da Corte, Tostes levou para Minas Gerais, 96 escravos.<sup>26</sup> Em 24 de janeiro de 1829, comprou 22 cativos; no ano de 1830, foram outras três remessas, duas em janeiro e uma em abril, respectivamente, 20, 20 e 34 cativos, todos escravos novos conforme consta nas fontes.<sup>27</sup> Sem dúvida a família Tostes utilizou-se como estratégia de manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos o recurso ao tráfico atlântico de escravos, por meio da compra na Corte, constituindo-se, conforme demonstrou Fabio W. Pinheiro, como uma das famílias da Mata mineira que mais se utilizou deste tipo de reposição da mão-de-obra cativa.<sup>28</sup>

O Comendador Francisco de Paula Lima levou ao sacramento do batismo, entre os anos de 1841 e 1862, sete cativos. Nove anos se passaram e só mais tarde, mais precisamente em 1871, sua viúva levou um escravo para ser batizado. Os dados disponíveis mostram um certo incremento da comunidade cativa, sobretudo enquanto o Comendador estava vivo. Entretanto, entre a morte deste senhor, em 1865, e a de sua viúva, em 1877, este incremento, se ocorreu, foi por meio de outras estratégias de manutenção e/ou ampliação de suas posses em cativos, já que conforme expusemos D. Francisca Benedicta de Miranda Lima levou apenas um escravo ao batismo. Talvez a explicação para tal hiato se dê por dois motivos que, diga-se de passagem, podem não ser excludentes. Primeiro, pode ter havido nascimentos de crianças no interior daquela propriedade que não tiveram tempo de serem lavradas nos livros de batismo devido à morte precoce daqueles infantes. Pode ter acontecido, também, um outro evento, qual seja, o batismo de crianças cativas pertencentes, depois da partilha dos bens do Comendador, a seus herdeiros e que a partir de então o pároco anotava como sendo os proprietários de tais inocentes.

Situação completamente diferente ocorreu com a propriedade do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage. Entretanto, antes de entrarmos na análise de suas estratégias, é necessário que façamos algumas ressalvas a respeito deste senhor. Quando analisávamos os livros de registros paroquiais de batismo da freguesia de Simão Pereira, nos deparamos com o registro de batismo de vários cativos, cujo nome do proprietário era Manoel Ignácio Barbosa ou às vezes Manoel Ignácio de Barbosa. Inicialmente acreditamos que poderia ser um filho do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage ou outro indivíduo qualquer, parente ou não deste. Contudo, no decorrer do levantamento dos dados, mais e mais nos convencíamos de que era a mesma pessoa.

Isso ocorreu por vários motivos, primeiro porque todos as grafias diziam respeito a um indivíduo morador na freguesia de Simão Pereira, local de morada do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, o que pode ser comprovado nos autos de seu inventário. Posteriormente, conseguimos encontrar Manoel Ignácio Barbosa levando filhos à pia batismal com sua esposa D. Florisbella Francisca de Assis Barbosa, como foi o caso de seu filho Manoel Ignácio Barbosa Junior, batizado na Matriz de Nossa Senhora de Simão Pereira, filho legítimo de Manoel Ignácio Barbosa e sua consorte D. Florisbella Francisca de Assis Barbosa. Esta senhora possuía o mesmo nome da esposa do Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage, inventariante de seu esposo, chamada Dona Florisbella Francisca de Assis Barbosa Lage.

Ainda não podemos comprovar de maneira definitiva, mas ao que parece, o Capitão e sua esposa em algum momento de sua história de vida devem ter somado a seus nomes o sobrenome Lage, ou quem sabe esse sempre existiu e foi “esquecido” pelos responsáveis pela feitura dos assentos paroquiais. Esta última hipótese parece-nos mais plausível, pois voltando ao inventário deste senhor temos a oportunidade de saber que o mesmo era filho legítimo do Furriel Domingos Antonio Barbosa Lage e Dona Rosa Maria de Jesus. Aliás, no ano de 1830, Manoel Ignácio Barbosa juntamente com sua esposa Florisbella Barbosa, levou sua filha legítima de nome Maria ao

<sup>26</sup> Para um conhecimento a respeito desta documentação, bem como das possibilidades e “armadilhas” oriundas destas fontes, conferir: FRAGOSO, João Luis & FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

<sup>27</sup> Respectivamente, Códice 421, v.21, p.255v; Códice 424, v.04, p. 27; Códice 424, v.04, p. 28; Códice 424, v.04, p. 114. Arquivo Nacional. (disponível no bando de dados do IPEA, CD-ROM)

<sup>28</sup> PINHEIRO, Fabio Wilson Amaral. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809 – c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGHIS,2007.

batismo e o padrinho foi descrito como sendo Domingos Antonio Lage, provavelmente, o furriel pai do Capitão Manoel que também teve parte de seu nome “esquecido”.

Outra questão importante diz respeito ao desaparecimento do Capitão Manuel Ignácio de Barbosa Lage e das outras variações onomásticas descritas justamente nos registros após o mês de março de 1868. Lembremo-nos que o Capitão faleceu no dia três do dito mês e ano, a partir deste ano encontramos escravos sendo batizados pelos herdeiros do Capitão e por sua viúva D. Florisbella, estes aspectos podem se caracterizar como indícios fortes de que tais variações diziam respeito a mesma pessoa. Desta forma, parece-nos que o Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage foi nomeado de três formas diferentes. Portanto, consideramos todas as variações como sendo representativas de um mesmo indivíduo. Estamos certos que o aprofundamento das análises com os registros paroquiais poderá nos fornecer ainda mais evidências a esse respeito.

Pois bem, se nosso raciocínio baseado em tais evidências está correto, o Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage levou ao sacramento do batismo um impressionante número de crianças escravas. No total foram 62 inocentes, o que corresponderia a 52,9% do total de 117 cativos descritos em seu inventário, caso todos ainda se encontrassem vivos e naquela posse. Existiu ainda um cativo adulto que foi levado a pia batismal. Talvez estas cifras possam representar o alto número de crioulos descritos no inventário do Capitão (Tabela XIII). Embora houvesse um alto percentual de cativos com origem não descrita, acredito que os mesmos deviam ser escravos nascidos no Brasil. O impacto da reprodução natural pode ser reforçado na análise da Tabela XIX, na qual podemos notar que a propriedade possuía entre os recém nascidos e as crianças um total de 33 cativos, todos crioulos, ou seja, mais da metade do número de cativos levados ao batismo. A mesma tabela nos mostra um cativo do sexo masculino sem idade conhecida. Trata-se do Andalixto crioulo, filho de Prudência e Antonio Pedreiro, ou seja, mais um nascido naquela propriedade. Não seria impossível se pensar que o restante destas crianças estivesse agora entre os cinquenta e sete jovens/adultos daquela posse. Vale destacar que as três variações do nome do Capitão Manoel vinham levando escravos ao sacramento do batismo entre os anos de 1818 e 1868.

A partir desta última data encontramos três inocentes recebendo aquele sacramento católico entre 1868 e 1870, e nomeados como propriedades dos herdeiros do Capitão Manoel Ignácio de Barbosa Lage. Entre 1869 e 1878 foram oito descritos como pertencentes à Dona Florisbella Francisca de Assis Barbosa Lage. Quatro destes nasceram depois da Lei do Ventre Livre.

Como já dissemos, é impressionante o número de cativos levados ao sacramento do batismo por essa família. Somando-se todos, temos 73 crianças sendo batizadas. Isto posto, parece que os Barbosa Lage se utilizaram em suas posses de processos de reprodução natural, causando, assim um enorme impacto na manutenção e/ou ampliação de sua posse.

Conseguimos conhecer os pais e/ou mães de trinta e sete daquelas crianças. Muitos deles possuíam filhos crioulos que devem ter nascido dentro da propriedade. Desta maneira, podemos encontrar Antonio pedreiro e Prudência e seus seis filhos: Nicolao crioulo e Theodora com cinco filhos; Matheos de nação e Clemência com quatro crianças; Racheo de nação e Minelvina parda aparecem cada uma com três filhos. Com duas crianças descritas como seus filhos, encontramos ainda Catharina e Bartholomeo, Fidelis de nação e Margarida, [ininteligível?] de nação, Roza, Silvério de nação e Juliana, e Joaquina de nação. Os outros cativos aparecem descritos juntos, cada um com apenas um rebento descrito. São eles Adão de nação e Flora, Jerônimo crioulo e Lusía, Bernardino de nação e Maximiana, Felipe carioca e Custódia, Heliodoro e Delphina, e Lino de nação e Constança.

Se nossas hipóteses realmente forem comprovadas, com o conhecimento mais aprofundado dos registros paroquiais, principalmente durante a vida do Capitão, ou seja, antes da partilha dos bens, aquela posse deve ter contado com uma comunidade escrava bastante enraizada e quem sabe baseada em relações de afetividade, amizade e solidariedade, bastante fortes, com famílias preservadas e possibilitando aqueles indivíduos certa estabilidade dentro da comunidade cativa.

A análise dos livros de notas e escrituras públicas permitiu-nos averiguar como se deu à manutenção e/ou ampliação dos cativos daquelas famílias, bem como qual ou quais os sentidos do tráfico, os setores da economia que demandavam aquela mão-de-obra, além de dados como o sexo,



origem, idade, preço dos cativos etc. Desta forma este *corpus* documental é de vital importância para o estudo do potencial escravista de uma determinada região e época.

Neste aspecto é interessante notar que os Paula Lima foram os que mais se desfizeram de seus ativos em escravos. Os filhos do Comendador Francisco de Paula Lima, ao que parece, não devem ter sido bons administradores de seus bens. Encontramos esses indivíduos levando muitos cativos à venda, inclusive, sob força de hipoteca e dívida. Nem o Comendador nem sua esposa venderam escravos, ao contrário utilizaram o recurso da compra ou da cobrança de dívidas para o incremento de suas posses. Adquiriram, respectivamente, dezessete e treze cativos, em sua maioria homens.

O Capitão Manoel Ignácio obteve cinco escravos e não se desfez de nenhum. Talvez esse pequeno número de cativos comprados por ele tenha se dado pelo fato de o mesmo ter podido contar em sua propriedade com o crescimento natural de cativos. Surpreendente é a aquisição de grande número de cativos por parte de seu filho, Dr Antero José Lage Barboza, que obteve um total de 97 cativos, sendo 60 homens, 35 mulheres e dois cujo sexo não pudemos conhecer.

Foram encontrados 627 cativos transacionados, por nossas três famílias senhoriais, por compra e venda, hipotecas, penhor, dívidas, doação e procuração<sup>29</sup> entre os anos de 1857 e 1886 nos livros de notas e escrituras públicas<sup>30</sup> que pesquisamos (Tabela XV). Esses cativos eram, em sua maioria, do sexo masculino, (396). Existiram ainda 230 escravas. Para um cativo não foi possível saber o sexo. Mais uma vez, nota-se a preferência pelos escravos do sexo masculino nas transações comerciais ocorridas em Juiz de Fora. A soma dos cativos transacionados por aquelas famílias permite perceber que, de uma maneira geral, continuava-se a dar preferência aos escravos entre 15-40 anos, fossem eles homens ou mulheres, encontra-se também nesta faixa o cativo cujo sexo não pudemos conhecer. As percentagens destes foram respectivamente, 59,9% e 60,4%. Apesar de ter uma maior percentagem em relação aos homens, as mulheres transacionadas naquele período foram 139 enquanto os escravos 237. É interessante notar que as mulheres com idades conhecidas tiveram, na faixa entre 1-14 anos a segunda maior percentagem 14,0%. Pode ser que no momento dessas transações os compradores tenham preferido comprar essas “meninas” com potencial reprodutivo maior do que as acima de quarenta e um anos. Da mesma forma, esse fato, que elevava o preço da escrava, pode ter levado aqueles que se desfizeram dessas cativas, por venda, dívida, etc, a negociá-las mais do que as da faixa dos idosos.

**Tabela XV**

**Sexo e faixa etária dos escravos que foram parte de algum tipo de transação comercial pelos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage em Juiz de Fora 1857-1886**

Sexo Faixa etária	Masculino	%	Feminino	%	Não Consta	%	Total	%
<b>Recém nascido</b>	1	0,2	1	0,4			2	0,3
<b>1-14 anos</b>	56	14,1	32	14,0			88	14,0
<b>15-40 anos</b>	237	59,9	139	60,4	1	100	377	60,1
<b>41+ anos</b>	61	15,4	17	7,4			78	12,5
<b>Não Consta</b>	41	10,4	41	17,8	-	-	82	13,1
<b>Total</b>	396	100	230	100	01	100	627	100

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

No que diz respeito às ocupações dos escravos negociados (Tabela XVI), a maioria não dispõe dessa informação. Contudo, para aqueles onde foi possível saber-se esta variável, a maioria deles foi declarada como *roceiro* e *serviço da lavoura*, seguida por aqueles declarados como do *serviço da roça*. Embora a amostragem seja restrita, por estas designações podemos perceber que a localidade ainda parecia estar vinculada às atividades ligadas à agricultura. Com certeza ligada ao

<sup>29</sup> Essas são as transações comerciais mais comuns, cabe ressaltar, que na maioria das vezes elas vêm descritas de maneiras diversas como, por exemplo, *Escritura de dívida obrigação e hipoteca especial, ou Escritura de doação como adiantamento de legítima, etc.*

<sup>30</sup> Foram pesquisados os Livros de Escrituras do Primeiro Ofício de Notas (1852-1889), inclusive os dos distritos pertencentes aquele município e também os do Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora (1856-1888). Todos encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

seu produto principal de exportação – o café, e para tanto visava à aquisição de mão-de-obra, em idade produtiva e que pudesse ser utilizada na lavoura cafeeira. Essas três categorias incluíam 64 indivíduos, 71,1% de todos os escravos com ocupação mencionada. Uma outra ocupação genérica muito citada foi a do *serviço doméstico* com nove cativas, se considerarmos que *alfaiate, cozinheira, copeiro, costureira, fiadeira e lavadeira* eram atividades ligadas ao serviço doméstico, este tipo de ocupação aumentou bastante atingindo um percentual de 25,6%. Outros trabalhadores especializados como *pedreiro e ferreiro*, 3,3%, também foram designados entre os cativos. É interessante notar a divisão entre as ocupações exercidas por homens e mulheres, com exceção das ligadas à roça ou à lavoura que abrigavam ambos, as demais eram exercidas por um ou outro sexo, havendo destaque para as mulheres. Dezoito delas exerceram algum tipo de ocupação que não foi descrita para os homens. O inverso ocorreu com oito homens.

**Tabela XVI**

**Ocupação dos escravos negociados pelos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage em Juiz de Fora, 1857 – 1886**

Ocupação	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
<b>Roceiro</b>	16	30,8	11	29,0	27	30,0
<b>Serviço da lavoura</b>	17	32,7	6	15,7	23	25,6
<b>Serviço da roça</b>	11	21,1	3	7,9	14	15,5
<b>Serviço doméstico</b>	-	-	9	23,6	9	10,0
<b>Alfaiate</b>	3	5,8	-	-	3	3,4
<b>Cozinheira</b>	-	-	3	7,9	3	3,4
<b>Copeiro</b>	2	3,8	-	-	2	2,2
<b>Costureira</b>	-	-	2	5,3	2	2,2
<b>Fiadeira</b>	-	-	2	5,3	2	2,2
<b>Lavadeira</b>	-	-	2	5,3	2	2,2
<b>Pedreiro</b>	2	3,8	-	-	2	2,2
<b>Ferreiro</b>	1	2,0	-	-	1	1,1
<b>Total</b>	52	100	38	100	90	100

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

Apenas 87 dos escravos que foram alvo de trocas, vendas, dívidas, penhor tiveram seu valor descrito (Tabela XVII). Os preços variaram entre os vinte e cinco mil réis (25\$000) com que foi avaliado o escravo Pedro, crioulo de dois meses de idade, vendido ao genro do Capitão Antonio Dias Tostes, o senhor Manoel Vidal Lage Barbosa e os dois contos e quinhentos mil réis (2:500\$000) pagos por Marcelino Dias Tostes a Francisco Araújo Lopes morador do Pará, na Província de Minas Gerais, por cada um dos seguintes cativos: Joaquim Nunes preto, solteiro, de quarenta anos com ofício de pedreiro; Joaquim Bernardo, preto, também solteiro, de trinta e dois anos de idade e descrito como roceiro e por Manoel preto, solteiro de trinta e dois anos. Embora, o número de cativos com o valor descrito seja pequeno, cabe tentar uma aproximação mesmo que superficial acerca dos preços praticados pelos envolvidos nessas transações, que tiveram como objeto de variadas transações comerciais a mão-de-obra escrava.

**Tabela XVII**

**Preços médios dos escravos em geral e segundo o sexo, dos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage Juiz de Fora 1857-1886**

Sexo	Número de escravos	Preço médio (em réis)
<b>Homens</b>	51	1:376\$000
<b>Mulheres</b>	36	1:043\$000
<b>Homens e Mulheres</b>	87	1:239\$000

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

A média dos preços dos cativos, homens e mulheres, foi de um conto duzentos e trinta e nove réis (1:239\$000). Os homens tiveram preços médios superiores ao das mulheres, respectivamente, um conto trezentos e setenta e seis réis (1:376\$000) e um conto quarenta e três mil réis (1:043\$000), cifras abaixo das encontradas por José Flavio Motta em Constituição (Piracicaba-SP) nas décadas de 1860 e 1870. Segundo o pesquisador: “Houve, pois, um comportamento distinto dos preços médios reais de homens e mulheres ao longo do tempo. De fato, as escravas sofreram

contínua desvalorização”.<sup>31</sup> Infelizmente, não foi possível proceder da mesma forma que Motta, no que diz respeito a tentar acompanhar a variação na média dos preços dos escravos jovens/adultos entre 15-40 anos. A fonte muitas vezes não especifica o preço dos cativos e/ou suas idades, o que nos impediu perceber variações nesses preços ao longo da segunda metade do século XIX. Se tivéssemos tido esta oportunidade talvez pudéssemos comprovar a tese de Slenes, já que os livros pesquisados, como expusemos acima, abrangem o período por ele pesquisado. Segundo Slenes:

(...) se os cativos, via de regra, eram já mais caros no Sudeste cafeeiro nos anos de 1858 e 1859, eles passaram a ser, na maior parte dos casos, significativamente ainda mais caros em fins do decênio de 1870 e em inícios da década de 1880. Para tanto contribuíram a dinâmica diferenciada das atividades de exportação nas distintas províncias e as secas sofridas pelo Nordeste entre 1877 e 1880.<sup>32</sup>

A origem dos escravos (Tabela XVIII) permitiu-nos averiguar que a maioria era composta por mão-de-obra do sexo masculino, independente da origem atribuída a eles, e composta, principalmente por crioulos, um total de 134 ou 75,7%. Logo em seguida vieram aqueles descritos como africanos, com 40 cativos 22,6%, havia ainda três cativos descritos como brasileiros, 1,7%. Quando visualizamos a distribuição das origens de acordo com o sexo, encontramos entre os homens: 88 crioulos e 46 crioulas, respectivamente, 72,7% e 82,1%. Os africanos foram 31 homens (25,6%) e nove mulheres (16,1%). Por último, encontramos três escravos descritos como brasileiro, sendo dois cativos (1,7%) e uma cativa (1,8%). Essa estrutura não causa estranheza por se tratar de um período no qual o tráfico de cativos provenientes da África havia se fechado, conseqüentemente, alterando as feições do escravismo no que diz respeito à origem dos cativos transacionados.

**Tabela XVIII**

**Sexo e Origem dos escravos que fizeram parte de algum tipo de transação comercial, pelos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage Juiz de Fora 1857-1886**

<b>Sexo Origem</b>	<b>Masculino</b>	<b>%</b>	<b>Feminino</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Crioulo</b>	88	72,7	46	82,1	134	75,7
<b>Africano</b>	31	25,6	9	16,1	40	22,6
<b>Brasileiro</b>	2	1,7	1	1,8	3	1,7
<b>Total</b>	121	100	56	100	177	100

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

Como foi exposto na Tabela XV e, reforçado nas tabelas seguintes, os homens constituíam a maioria dos cativos comercializados naquele período. Por meio do conhecimento das Províncias onde foram matriculados, pudemos estabelecer quais foram suas procedências o que nos possibilitou também averiguar qual a nova “modalidade” de tráfico de que se valeram os Dias Tostes, os Paula Lima e os Barbosa Lage na manutenção de suas posses. Embora os escravos tenham sido alvo de vários tipos de comércio, seja por compra e venda, troca, penhor, etc, foi com o tráfico que passaram a fazer parte da propriedade de seus senhores. Só posteriormente foram alvos das ditas transações.

Por meio da Tabela XIX, é possível perceber que aqueles senhores envolvidos em algum tipo de comércio utilizaram, principalmente, o tráfico intraprovincial para a aquisição de sua mão-de-obra. Foram 274 escravos oriundos da própria Província mineira, uma maioria esmagadora que perfaz a percentagem de 83,2%, maior que a soma de todas as outras procedências conhecidas. Logo a seguir, temos os provenientes do tráfico interprovincial, compondo um total de 49 cativos (15,0%). Temos ainda os cativos de procedência africana. Eram seis escravos oriundos, num primeiro momento, do tráfico intercontinental e que mais uma vez foram alvo de algum tipo de transação comercial (1,8%).

<sup>31</sup> MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº. 52, p. 15-47, 2006, p. 41.

<sup>32</sup> SLENES, op. cit., 1976, p. 183.

**Tabela XIX**  
**Sexo dos cativos transacionados pelos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage de acordo com a**  
**procedência e a Província onde foram matriculados, Juiz de Fora 1857-1886**

Sexo		Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Província/procedência							
Sudeste	Minas Gerais	167	50,7	107	32,5	274	83,2
	Rio de Janeiro	7	2,1	1	0,3	8	2,4
	Espírito Santo	3	1,0	-	-	3	1,0
Nordeste	Ceará	10	3,0	2	0,6	12	3,6
	Bahia	10	3,0	2	0,6	12	3,6
	Alagoas	3	1,0	1	0,3	4	1,3
	Pernambuco	1	0,3	3	1,0	4	1,3
	Piauí	-	-	1	0,3	1	0,3
	Paraíba do Norte	1	0,3	-	-	1	0,3
	Paraíba	1	0,3	-	-	1	0,3
	Maranhão	1	0,3	-	-	1	0,3
	Centro-Oeste	Goiás	-	-	2	0,6	2
África	Cabinda	2	0,6	-	-	2	0,6
	Congo	2	0,6	-	-	2	0,6
	Rebolo	1	0,3	-	-	1	0,3
	Benguela	-	-	1	0,3	1	0,3
<b>Total</b>		209	63,5	120	36,5	329	100

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora.

Os cativos vindos de outras partes do Império variaram entre no mínimo um e no máximo 12 cativos. Pois bem, se agruparmos estes escravos por regiões, excetuando-se a Província de Minas Gerais, podemos perceber que a maioria era proveniente do Nordeste brasileiro, com 12 do Ceará, 12 da Bahia; Alagoas e Pernambuco cada um com quatro enquanto que as Províncias do Piauí, Paraíba do Norte, Paraíba e Maranhão participaram com um cativo cada, totalizando então 36 cativos. O segundo maior contingente foi proveniente da região Sudeste, onde participaram o Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente, oito e três escravos. Por fim, temos dois indivíduos provenientes de Goiás localizado no Centro-Oeste. Fica exposto um vigor no que diz respeito à aquisição de cativos oriundos da região Nordeste. Muito provavelmente houve uma conjunção de fatores, como sugere Slenes. O primeiro seria a própria dinâmica das regiões exportadoras de café do Centro-Sul, que continuavam a demandar mão-de-obra em suas lavouras, que agora só poderia ser adquirida por meio do tráfico nacional. O segundo a crise enfrentada pelos possuidores de cativos do Nordeste brasileira, principalmente com a seca que assolou aquela região na segunda metade do século XIX.<sup>33</sup>

Cláudio Heleno Machado em seu estudo sobre a mesma localidade, valendo-se da análise de farta documentação, afirma que:

O tráfico interprovincial(..), teve tanta significação que em Juiz de Fora encontravam-se escravos procedentes, praticamente, de todo o território nacional, pelo menos onde havia

<sup>33</sup> Sobre os problemas enfrentados pelo Nordeste e o aumento do fluxo de cativos daquela região com destino as regiões de produção cafeeira conferir entre outros CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Segundo Peter Eisenberg, “O tráfico interprovincial chegou ao auge na década de 1870 em virtude das severas secas nordestinas que forçaram a liquidação dos ativos fixos, como os escravos. O total de escravos embarcados para o sul, após 1876, foi tão elevado que as províncias compradoras – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – impuseram elevados tributos a importação de escravos, em 1880 e 1881. (...) Os tributos acabaram com o tráfico interprovincial de escravos.” EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 175-177.

mão-de-obra cativa que pudesse ser transferida. (...) Destacam-se nas transferências para Juiz de Fora, nesta modalidade do tráfico interno, as regiões do Nordeste e o próprio Centro-Sul: 61,57 e 33,21%, respectivamente. Embora com parcelas ínfimas, as regiões Oeste e Sul do país também contribuíram com transferências de escravos para Juiz de Fora: 3,36 e 1,86% do total apurado por este estudo, também respectivamente.<sup>34</sup>

A análise mais detida da Província/procedência permite observar quais as localidades (cidade, vila, distrito, etc) onde foram matriculados os cativos. Foi possível conhecer este aspecto para 321 escravos, 51,2%, daqueles que fizeram parte das transações comerciais envolvendo os Dias Tostes, Paula Lima e os Barbosa Lage, entre 1857 e 1886.

Dos 49 escravos provenientes deste tipo de tráfico interprovincial, foi possível saber o local de matrícula de quarenta e seis. Do Nordeste vieram 32 cativos, a maioria deles do Ceará. Foram 12 os escravos negociados desta Província três deles matriculados em Maranguape e outros dois em Ipuí, para outros quatro não foi possível saber o local da matrícula.<sup>35</sup> Existiu ainda um cativo descrito apenas como matriculado no Ceará. Os dois restantes se distribuíram igualmente entre Lavras e Sobral. O segundo maior contingente negociado por aquelas famílias era proveniente da Bahia totalizando 09 indivíduos: Santo Antonio da Barra forneceu três, Campo Largo dois, e Maragogipe, Remanso, Carinhanha e Feira de Santana um escravo cada os outros três não conseguimos saber esta informação. A Província de Pernambuco teve 02 escravos matriculados no Recife, um em Limoeiro e outro em Oiricury. Outras quatro províncias nordestinas negociaram escravos em Juiz de Fora. Alagoas possuiu quatro cativos divididos entre Afonso, Maceió, Paulo Affonso e Santo Antonio; o Maranhão contou com um indivíduo matriculado na alfândega do Maranhão; Piauí contou com o mesmo número de escravo, que foi matriculado em Valença assim como aquele matriculado em Souza na Parahyba do Norte.

O Sudeste, ou Centro-Sul participou com 11 escravos distribuídos entre a Corte e as Províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A primeira teve sete cativos matriculados. A segunda negociou um escravo oriundo de Campos, e outros três de Serra no Espírito Santo. Por fim, encontramos matriculados em Catalão, Goiás, dois cativos. Existiu ainda mais um cuja Província ou local de matrícula esta ininteligível.

Como já pudemos observar anteriormente, a grande maioria dos cativos que foram alvo de algum tipo de transação comercial, segundo as fontes, foi matriculada na Província mineira e neste aspecto algumas considerações são interessantes. Por meio da Tabela XX, podemos perceber que, dos 274 cativos provenientes da própria Província mineira, cuja Província/Procedência foi possível conhecer, 61 deles, 22,2%, eram provenientes do tráfico intraprovincial (entre Juiz de Fora e outros municípios mineiros) e os outros 213, 77,8%, do tráfico local (dentro dos limites do município de Juiz de Fora).

---

<sup>34</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais*: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX). Monografia do Curso de especialização em História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 1998, p.66.

<sup>35</sup> Para dois desses quatro cativos só conseguimos saber parte do nome do local (Joa?).

**Tabela XX**  
**Localidade da matrícula dos cativos dos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage oriundos do tráfico intraprovincial e Local, Juiz de Fora, 1857-1886**

Tipo de tráfico	Número de cativos negociados	%
<b>Intraprovincial/Local*</b>		
<b>Regiões/Municípios</b>		
<b>Zona da Mata</b>		
Mar de Hespanha	6	2,2
Ponte Nova	4	1,5
Juiz de Fora	213	77,8
<b>Subtotal</b>	<b>223</b>	<b>81,5</b>
<b>Jequitinhonha Mucuri-Doce</b>		
Grão Mogol	6	2,2
Diamantina	5	1,9
Arrasuahy	4	1,5
Minas Novas	2	0,7
<b>Subtotal</b>	<b>17</b>	<b>6,3</b>
<b>Metalúrgica Mantiqueira</b>		
Abaeté	3	1,1
Queluz	3	1,1
Arassandy	1	0,3
Barbacena	2	0,8
Sete Lagoas	3	1,1
Sabará	2	0,8
Santa Luzia	1	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>5,5</b>
<b>Oeste</b>		
Pará	10	3,6
Tamanduá	1	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>11</b>	<b>3,9</b>
<b>Alto Paranaíba</b>		
Araxá	5	1,9
<b>Subtotal</b>	<b>05</b>	<b>1,9</b>
<b>São Francisco Montes-Claros</b>		
Januária	1	0,3
Montes Claros da Formiga	1	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>02</b>	<b>0,6</b>
<b>Sul</b>		
Pouso Alegre	1	0,3
<b>Subtotal</b>	<b>01</b>	<b>0,3</b>
<b>Total de escravos negociados</b>	<b>274</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Livros de Escritura Públicas, Compra e Venda de Escravos do Primeiro Ofício de Notas do Arquivo Histórico de Juiz de Fora; Segundo Tabelionato de Notas de Juiz de Fora. \* O tráfico local é aquele que ocorre dentro dos limites do município de Juiz de Fora. Optamos por deixá-lo junto à região, Zona da Mata.

Desta forma, fica patente a preferência dos envolvidos naquelas transações, em primeiro lugar, por escravos oriundos do próprio município e, em seguida por aqueles vindos das demais regiões mineiras. Essa mesma constatação foi feita por Cláudio Heleno Machado, que concluiu que os escravos negociados pelos senhores daquela localidade eram oriundos do tráfico local, intraprovincial e por último do interprovincial.<sup>36</sup> Ainda de acordo com a Tabela XXV e tomando por base os modelos expostos por Roberto Martins e Douglas Libby, no qual estabelecem uma divisão dos distritos mineiros de acordo com a distribuição da propriedade de escravos, é possível perceber quais as localidades mineiras que vinham perdendo cativos para a Zona da Mata Mineira e, em específico para o município de Juiz de Fora.<sup>37</sup>

Os escravos negociados eram de quase todas as regiões com exceção, do Triângulo e Paracatu. Regiões que, em sua maioria, se caracterizavam pela pequena propriedade – mais sujeita às oscilações do mercado. Essa parece ser a explicação para o alto número de cativos da região Jequitinhonha Mucuri-Doce, 6,3%. O mesmo raciocínio vale para São Francisco - Montes Claros que

<sup>36</sup> MACHADO, Cláudio Heleno. op. cit.

<sup>37</sup> LIBBY, op. cit., p.33.; MARTINS, op. cit.

contribuiu com 0,6%. As regiões Metalúrgica-Mantiqueira, 5,5%, Oeste, 3,9%, Alto Paranaíba, 1,9% e Sul 0,3%, devem ter contribuído no incremento da mão-de-obra escrava também pelos mesmos motivos.

Num primeiro momento o número de cativos negociado com a Zona da Mata causa estranheza, já que esta seria a região concentradora de maior contingente escravo, devido à alta concentração na propriedade escrava e porque àquela época possuía um produto importante que demandava força de trabalho escravo e, portanto estaria sendo recebedora e não distribuidora de cativos. A Tabela XX, nos permite conhecer as duas localidades da Mata mineira que negociaram cativos com aquelas famílias que habitavam aquela freguesia. Cabe neste momento ressaltar que as duas localidades eram muito diferentes do ponto de vista econômico e demográfico. Desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial e os movimentos de população a eles característicos determinaram a variada participação dos escravos no conjunto da população total de cada um dos municípios da região. Da mesma forma, influíram nos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias, bem como na natureza distinta de cada um dos processos de produção estabelecidos nas sub-regiões da Mata, denominadas: Sul, Central e Norte.<sup>38</sup>

Mar de Espanha, localizada na Zona da Mata Sul, foi durante todo o período um importante centro cafeicultor e seria de se esperar que estivesse ganhando e não perdendo cativos. Em uma análise mais detida a respeito dos tipos de negócios que geraram aquela transferência, podemos averiguar que dos seis cativos negociados apenas um foi por meio da *Compra e venda* de escravos, os outros cinco, foram oriundos de uma *Escritura pública de dívida obrigação e hipoteca*, ou seja, quase a totalidade dos cativos só foi negociada porque deve ter havido por parte de seu proprietário, quem sabe, um mau gerenciamento de seus negócios a transferência se deu por motivos outros que não a incapacidade da região em manter seus cativos.<sup>39</sup> Já Ponte Nova, se enquadraria no que chamamos de Zona da Mata Norte, compunha a parte mais pobre daquela região (Zona da Mata) com características completamente diferentes das outras duas. Penso que estes contrastes dentro da Zona da Mata explicam este perfil dos escravos negociados por tal região.

Esta hipótese parece ser reforçada por Ângelo Carrara, ao constatar que quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata — cuja área correspondia à cerca de 5% do território de Minas Gerais — detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava da Província. Contudo, no interior dessa região ocorriam diferenças importantes quanto à porcentagem de população escrava de cada paróquia. As cifras desiguais permitem estabelecer uma cartografia da difusão da produção: quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras. Dos 157.909 habitantes da Zona da Mata Sul — correspondente aos municípios de Rio Preto, Juiz de Fora, Rio Novo, Mar de Espanha e Leopoldina — 55.584 (i. e., 35,20%) eram escravos. Na zona da Mata central — Viçosa, Muriaé, Ubá e Rio Pomba —, dos 136.603 habitantes totais, 27.240 (19,94%) eram escravos. Por fim, na zona da Mata norte — Ponte Nova —, dos 54.032 habitantes totais, 7.551 (13,97%) eram escravos.<sup>40</sup>

O que pudemos vislumbrar até aqui é que as famílias dos Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage se valeram de estratégias diferenciadas no que diz respeito à manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos. As duas primeiras se valeram, principalmente, de processos de compra de cativos, no comércio interno, embora os Dias Tostes tenham participado muito mais do tráfico internacional de escravos. Entretanto, tudo indica que esta não foi à atitude tomada pelo Capitão

---

<sup>38</sup> A distinção entre as regiões da Zona da Mata de Minas Gerais não é recente. Ao estudar os dados do censo de 1940, Elza de Souza traçou um perfil das propriedades rurais em Minas Gerais no século XX, bem como de sua distribuição segundo suas áreas médias em hectares. Desta forma, a autora distinguiu três sub-regiões: norte, central e sul. SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar. 1951, 13(1), p. 52-3.

<sup>39</sup> Consoante Cláudio Heleno Machado, os municípios da Mata foram muito menos afetados por transferências de cativos para Juiz de Fora, segundo ele este fato aconteceu, pois a região concentrava os principais municípios cafeeiros da Província, sendo os mesmos responsáveis também por importantes concentrações de mão-de-obra escrava. MACHADO, Cláudio Heleno. op. cit.

<sup>40</sup> CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. (Dissertação de mestrado).

Manoel Ignácio Barbosa Lage. Este senhor parece ter se utilizado da reprodução natural para incrementar seu contingente cativo. Talvez tenha contribuído para estas especificidades de cada proprietário, além de sua habilidade comercial, o momento de formação das suas propriedades, ou seja, o momento anterior ou posterior ao fim do tráfico de cativos que levou a um rearranjo no que diz respeito à aquisição e a relação com a mão-de-obra cativa.

Cabe ressaltar que o aumento do contingente cativo desses senhores, por meio dos vários tipos de tráfico bem como da reprodução natural de cativos, se fizeram presentes nas três propriedades. O que acima concluímos diz respeito à principal prática utilizada por aqueles senhores e de maneira alguma ignora as possibilidades da ocorrência daqueles dois processos (reprodução natural, tráfico de escravos) que poderiam possibilitar a manutenção e/ou ampliação do número de escravos. Desta forma, conclui-se que as duas opções para o aumento do número de cativos, parecem não ter sido excludentes naquela localidade, mas sim complementares. A opção por uma ou outra dependeu, sobremaneira, do período de formação das posses, da maior ou menor proximidade com o tráfico transatlântico e também do raciocínio econômico empreendido pelos senhores na busca pelo melhor “modelo” para a manutenção e/ou ampliação de suas posses em escravos.

### BIBLIOGRAFIA:

ANDRADE, Rômulo Garcia de. *Limites impostos pela escravidão a comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista. *População e família*, São Paulo, v.1, n.1, p. 181-209, jan./jun., 1988.

\_\_\_\_\_. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.11, n. 22, maio/ago. 1991.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: USP, 1994. (Dissertação de mestrado).

\_\_\_\_\_. Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. *População e família*, São Paulo, v.1, n.1, p. 211-234, jan./jun., 1998.

CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuidade (1839-1909)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993 (dissertação de mestrado).

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Iraci Del Nero. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE/USP, 1981.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840 – 1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo: USP, 2002. (Dissertação de Mestrado)

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, século XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_, & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1750 – c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro & PTIZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários *post-mortem*. *Revista Arrabalde*. Ano I, n. 2, set./dez., 1988.

\_\_\_\_\_, & FERREIRA, Roberto Guedes. *Alegrias e Artimanhas de uma fonte seriada, despacho de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833*. Seminário de História Quantitativa e serial no Brasil: um balanço. Ouro Preto: ANPUH-MG, 2001.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora-MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.297-314, maio-ago. 1987.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. A demografia do tráfico atlântico de escravos para o Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.17, n. 2, pág. 129-149, maio/ago. 1987.

LACERDA, Antonio Henrique Duarte. *Os padrões de alforrias em um município cafeeiro em expansão: Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-1888*. São Paulo: Fapeb; Annablume, 2006.



- LIBBY, Douglas Cole. Minas na mira dos Brazilianistas: reflexões sobre os trabalhos de Higgins e Bergad. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (Org.). *História Quantitativa e Serial: um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH-MG, 2001.
- LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 10: p.1-14. out. 1983.
- MACHADO, Cláudio Heleno. *Tráfico interno de escravos estabelecidos na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (segunda metade do século XIX)*. Monografia do Curso de especialização em História do Brasil. Juiz de Fora: UFJF, 1998.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economic of nineteenth century Minas Gerais (Brazil)*; tese de doutoramento, Universidade Vanderbilt, Nashville, 1980;
- \_\_\_\_\_. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1): 181-209, São Paulo, jan. -abr. 1983;
- MARTINS Filho, Amílcar e MARTINS, Roberto Borges. Slavery in a non-export economy: nineteenth century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63(3): 537-68, 1983.
- MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº. 52, p. 15-47, 2006.
- \_\_\_\_\_. & MARCONDES, Renato Leite. O comércio de escravos no vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 30(2): pp.267-299, 2000.
- PAIVA, Clotilde A. e LIBBY, Douglas C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo: IPE/USP, 25(2): 203-233, maio/ago., 1995.
- \_\_\_\_\_. & ARNAUT Luiz D. H. Fontes para o estudo de Minas oitocentista: listas nominativas. *Anais do V Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1990, p.85-106.
- PINHEIRO, Fabio Wilson Amaral. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata (c.1809 – c.1830)*. Rio de Janeiro: UFRJ. PPGHIS, 2007.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2000.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. Senhores e escravos: a estrutura da posse de escravos em Mogi das Cruzes no início do século XIX. *Estudos de História*, Franca, v.9, n.2, p.235-253, 2002.,
- SLENES, Robert Wayne Andrew. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional economies, slave experience and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson. (Org.). *Domestic Passages: Internal Slave Trades in the Americas, 1808-1888*. New Haven: Yale University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de Doutorado. Stanford University, 1976.;
- \_\_\_\_\_. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 17 de junho de 1985.
- \_\_\_\_\_. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava –Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar. 1951, 13(1), p. 52-3.